

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE O FENÔMENO DA MILITARIZAÇÃO¹

Maria Leticia Leite Santos²

RESUMO

Este artigo realiza uma meta-análise sobre o fenômeno da militarização na América Latina, desse modo, foram coletados periódicos na plataforma CAPES e confeccionado um banco de dados com as informações colhidas. Para a organização dessa análise, foram escolhidos textos referentes à militarização e sua conexão com a questão da segurança e saúde públicas, colocando em evidência as possíveis problemáticas que surgem das respostas militarizadas do Estado, levantando esse debate desde as ditaduras militares ocorridas na América Latina até as heranças deixadas por elas. O ponto central desse artigo é o cruzamento das análises dos textos escolhidos, mostrando para os leitores como os periódicos dialogaram com o conceito de militarização. É importante ressaltar que o debate colocado em evidência leva em conta principalmente o processo de ascensão e queda do conservadorismo, mostrando de que forma esse ponto crucial impacta no acesso dos ideais militarizados no imaginário da sociedade e dentro das engrenagens políticas.

Palavras-chave: conservantismo - América Latina; militarismo - América Latina; publicações científicas - América Latina.

ABSTRACT

This article carries out a meta-analysis on the phenomenon of militarization in Latin America, thus, periodicals were collected on the CAPES platform and a database was created with the information collected. To organize this analysis, texts referring to militarization and its connection with the issue of public health and safety were chosen, highlighting the possible problems that arise from the State's militarized responses, raising this debate from the military dictatorships that occurred in Latin America to the legacies left by them. The central point of this article is the crossing of the analyzes of the chosen texts, showing readers how the periodicals dialogued with the concept of militarization. It is important to highlight that the debate highlighted mainly takes into account the process of rise and fall of conservatism, showing how this crucial point impacts the access of militarized ideals in society's imagination and within political gears.

Keywords: conservatism - Latin America; militarism - Latin America; scientific publications - Latin America.

¹ Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Clárisse Goulart Paradis.

² Bacharela em Humanidades e Licencianda em Ciências Sociais pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

O militarismo na América Latina, mais especificamente no Brasil e Argentina, pode ser visto como herança das Ditaduras Militares ocorridas a partir do século XX. No Brasil, os militares governaram entre anos 1964 a 1985, com o pressuposto de lutar contra a “ameça comunista”, já a Argentina passou por diversas intervenções militares a partir de 1933 e posteriormente sucessivos golpes nos anos 1943, 1955, 1962, 1966 e por fim 1976 (CRIVELENTE, 2023), sendo que nesse último ano, os militares utilizaram o cenário político conturbado e perpetuaram “um discurso de autolegitimação, de guerra contra a “subversão” e contra o populismo” (CRIVELENTE,2023), além de contar com o apoio das elites nacionais e o capital estrangeiro.

É importante ressaltar que a Ditadura Militar foi um regime autoritário, em que pessoas que se opunham a ele sofreram consequências. Desse modo, é perceptível que esse regime não tinha como foco principal o bem-estar social, mas ainda sim, “os partidários do militarismo, assumidos ou não, costumam enfatizar os avanços, em termos materiais, conseguidos durante ditaduras” (SILVA, 2014, p.355), expressando abertamente a saudade desse período sombrio que perpassou a América Latina no século XX.

Nesse artigo, apresentaremos o debate na academia brasileira sobre as formas pelas quais o militarismo tem continuado a se expressar no contexto social latino-americano, levando em conta um período de dez anos (2011-2021). Na primeira parte será discutida a metodologia de análise, isto é, a forma o corpus da análise foi organizado, apresentando ao leitor tabelas com os resultados coletados. Na parte seguinte, serão colocados em pauta os principais assuntos debatidos nos textos escolhidos e expondo suas particularidades em relação ao conceito de militarização. Para essa análise, foram escolhidos três artigos para serem debatidos nesse trabalho: David Succi (2020) no seu artigo intitulado de “Reinterpretação Do Externo Na Lei De Defesa Nacional Argentina” em que é apresentando o caso argentino, Natali Hoff e Ramon Blanco (2020) no trabalho “A pacificação como governo: as UPPs cariocas como dispositivos da governamentalidade global” demonstra de que forma surgiu a ideia de pacificação e seus impactos na sociedade carioca e por fim, Diego Souza (2020) no artigo “A Militarização Do Ministério Da Saúde No Brasil: Passos Rumo ao Retrocesso Em Plena Pandemia.” fez um paralelo no que se refere a redemocratização do Estado brasileiro pós ditadura militar e a militarização do ministério da saúde diante da pandemia, que foi um dos períodos mais delicados que a população mundial passou no século XXI.

Espera-se que o presente artigo contribua na tarefa de se criar mais debate no que se refere ao militarismo na América Latina, mostrando a importância de se debater o assunto dentro e fora da academia, porque um país em que o discurso conservador e militarista vem sendo crescente, informar e debater sobre esses casos se torna uma forma efetiva de prevenção para que não ocorra novamente, afinal, conhecimento é poder e quanto mais propagamos é melhor.

2 METODOLOGIA

O presente artigo tem por objetivo entender de que forma o militarismo está sendo estudado na academia brasileira. Para realizar a pesquisa foi utilizada a metodologia de meta-análise, desse modo, foram coletados diversos artigos que continham nas palavras chaves e em seus resumos: “Militarização e América Latina”. A coleta foi realizada na plataforma de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por reunir e disponibilizar “conteúdos produzidos nacionalmente e outros assinados com editoras internacionais a instituições de ensino e pesquisa no Brasil.” (CAPES, 2020), ou seja, a plataforma foi escolhida por possuir um vasto acervo de forma que ajudasse na realização do banco de dados amplo.

A meta-análise foi adotada para interpretar os artigos selecionados visto que a mesma tem por objetivo analisar os resultados encontrados durante as coletas e posteriormente confeccionar sínteses de literatura, mas para além disso, a meta-análise ajuda a sintetizar “uma determinada quantidade de conclusões num campo de pesquisa específico.” (FILHO, BRITTO et all, p. 209, 2014), ou seja, com a metodologia escolhida será possível identificar as conclusões dos textos analisados, seus principais pontos e por fim compará-los entre si.

O procedimento possui diversas vantagens porque aumenta assertividade das análises dos artigos selecionados, mas para que isso ocorra, é necessário também deixar explícito todos os passos realizados na construção do conteúdo, para que o leitor consiga entender todas as etapas seguidas e possa, eventualmente, replicá-las em futuras pesquisas.

Para Filho e Britto (2014), a pesquisa meta-analítica passa por sete estágios, deixando todos eles sempre em evidência. O primeiro estágio é fazer uma descrição detalhada da análise que pretende fazer, definindo o problema de pesquisa. O segundo é o momento da coleta de dados, decidindo qual modo trabalhar: com todo o tema, com questões que vem do problema ou somente com algumas amostras de partes específicas do tema. No terceiro estágio é preciso

coletar o máximo de informações possíveis, ou seja, não deixar que nenhuma informação referente ao tema passe despercebida, é dessa forma que entramos em mais um estágio da meta-análise: avaliação da qualidade do que foi encontrado, porém, segundo os autores, esse é utilizado “(...) nas ciências naturais, em que a utilização de experimentos é amplamente difundida.” (FILHO, BRITTO et all, p.211-212, 2014), desse modo, chegamos a um dos pontos cruciais da nossa análise que é o estágio cinco intitulado de “Análise e síntese dos resultados dos estudos”(FILHO, BRITTO et all, p.212, 2014). Nesse momento, busca-se analisar e realizar uma síntese do que foi encontrado na etapa anterior. Segundo Cooper (2010):

o pesquisador deve satisfazer três pressupostos: (a) os achados individuais de pesquisa que serão agregados de forma cumulativa devem analisar a mesma questão de pesquisa; (b) os testes individuais que serão acumulados devem ser independentes e (c) o pesquisador deve acreditar que os resultados de cada estudo são válidos (FILHO, BRITTO et all *apud* COOPER, p.212, 2014)

Após analisar e sintetizar o conteúdo encontrado, entraremos no sexto estágio da meta-análise, nesse estágio, apresentado por Filho e Britto (2014), é necessário interpretar e discutir os resultados visualizados, além disso “deve também deixar claro os principais problemas enfrentados durante a execução do desenho de pesquisa, de modo que as limitações do trabalho sejam devidamente expostas.”(FILHO, BRITTO et all, p.214, 2014). E por fim, o sétimo estágio será apresentação dos resultados das etapas anteriores de maneira sistemática, demonstrando os dados encontrados categorizados em tabelas e nos parágrafos destinados a análise textual.

Pensando nos estágios apresentados, foram escolhidos textos que abordam o militarismo na América Latina, buscando compreender o que poderia ser comparado e diferenciado entre eles. Durante o processo de coleta dos textos é importante ressaltar como foi o processo de pesquisa e categorização do primeiro desenho da análise e como chegamos aos textos analisados nos presentes artigos.

Se faz necessário ressaltar que a coleta dos artigos teve como linha temporal dez anos (2011 à 2021), tal período foi colocado em evidência por conta das transformações que ocorreram na América Latina, como por exemplo a ascensão dos governos progressistas e presidentas em países como Argentina com Cristina Fernández em sua reeleição em 2011 e Dilma Rousseff no Brasil em que ela assumiu o cargo em 2011, porém após esse período intitulado de “onda rosa” por Patrícia Rangel (2018), a guinada conservadora passa a ganhar força no continente, desse modo “o conservadorismo, que vinha sendo ofuscado sobretudo por medidas de redistribuição de renda, tem ascendido nesse contexto” (RANGEL, 2018, p.217).

É importante ressaltar que junto ao conservadorismo fica mais evidente a defesa feita por uma parcela da população das instituições militares e do militarismo na sociedade, essa situação reflete nos políticos eleitos no período de 2011 à 2021, formando então uma bancada no congresso que reverbera ideais e atitudes “na percepção de que o contexto social está marcado por uma crescente e constante insegurança e desordem pública radical.” (FAGANELLO, 2015 p. 150), ou seja, perpetua a ideia de que é somente com o controle militar que vai ocorrer uma plena mudança na segurança pública e na sociedade brasileira.

Pensando em entender o fenômeno do militarismo na América Latina e na diversidade de textos a serem apresentados no presente artigo todas as coletas foram realizadas na plataforma CAPES, utilizando palavras-chaves: “Militarização” e “América Latina”. Desse modo foi possível filtrar um total de treze textos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 1 - Pesquisa CAPES. Palavras utilizadas: Militarização e América Latina (2011-2021)

Ano	Autor/Autora	Título	Periódicos
2012	Alves, Fernando Antonio	Entre as FARC o MST, entre a violência no campo o Estado policial na América Latina: Aspectos distintos de conflitos agrários históricos no Brasil e Colômbia	Memorias. Revista Digital De Historia Y Arqueología Desde El Caribe
2014	Valente, Julia Leite	Upps: Observacoes Sobre A Gestao Militarizada De Territorios Desiguais/Upp's: Notes On The Militarized Management Of Unequal Territories.	Revista Direito E Práxis
2015	Pedro Alexandre Bretes Ferro Amador, Glaucio Corbari Corrêa, António José Macedo Estrela Bastos, Marco Paulo Almeida De Rodrigues Gonçalves, Ricardo José Gomes Da Silva Inácio, Gabriel De Jesus Gomes, And António Paulo Da Costa Frescata	Breve Análise Da Geopolítica Do Chile.	Coleção Meira Mattos: Revista de Ciências Militares
2016	Duarte-Villa, R. A. Y De Souza Pimenta, M. C. B	A Longa Paz Na América Do Sul: Questionamentos Às Teses Da Paz Negativa Na Região.	Papel Político
2019	Mathias, Suzeley Kalil, Jose Augusto Zague, And Leandro	A Política Militar Brasileira No Governo	Opinião Pública

	Fernandes Sampaio Santos	Dilma Rousseff: O Discurso E A Ação	
2020	Diego De Oliveira Souza	Diego De Oliveira Souza. "A Militarização Do Ministério Da Saúde No Brasil: Passos Rumo ao Retrocesso Em Plena Pandemia.	Revista Uruguaya De Ciencia Política
2020	Sampó, Carolina, Ludmila Quirós, And Jessica Petrino	La Guerra Urbana En Río De Janeiro: De Las Unidades De Policía Pacificadora A La Militarización (2008-2018)	Revista De Relaciones Internacionales, Estrategia Y Seguridad
2020	Succi, David Jr.	Reinterpretacao Do Externo Na Lei De Defesa Nacional Argentina	Cadernos Argentina Brasil
2020	Caro, Isaac, And Alejandro Flores Fuenzalida	Las Fuerzas Armadas De Chile: Su Historia, Su Presente Y Su Proyecto De Sociedad.	Revista De Relaciones Internacionales, Estrategia Y Seguridad
2020	Natali Hoff, And Ramon Blanco	A pacificação como governo: as UPPs cariocas como dispositivos da governamentalidade global	Revista Brasileira De Ciência Política
2021	Passos, Anais Medeiros, And Igor Acacio	A Militarizacao Das Respostas A Covid-19 Nas Democracias Latino-Americanas	Revista De Administração Pública
2021	David Hidalgo, Fabiana Silveira, Daniela Padilba, Ana-Flavia Bassani, And Isabella Nascimento	Violência Urbana E Políticas De Segurança: Análise Em Quatro Cidades Latino-Americanas.	Eure
2021	Filho, Joao Estevam Dos Santos, And Marco Aurelio Chaves Cepik.	Relações militares entre Estados Unidos e Colômbia: do Plano Colômbia ao Acordo de Paz (2000-2018)	Meridiano

Fonte: elaboração própria.

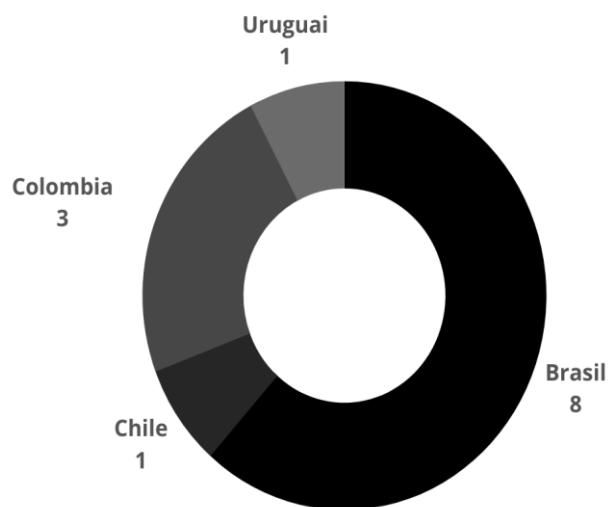
A análise dos textos coletados na plataforma CAPES foi feita em 3 fases: análise dos resumos, categorização pré definida e elaboração de um banco de dados. A primeira fase se deu pela análise do que os autores apresentavam nos resumos, para identificarmos se, de fato, o texto encaixava na pesquisa realizada nesse artigo, ou seja, se de fato o militarismo era um tema

debatido no texto analisado. Se faz necessário ressaltar novamente que o presente artigo tem por objetivo entender como o militarismo está sendo estudado na academia brasileira, desse modo, a coleta dos artigos teve por objetivo visualizar a linha temporal dos debates no século XXI, por conta das diversas mudanças que ocorreram na política da América Latina no período de 2011 a 2021.

Na segunda fase, conforme demonstrado na tabela acima, foi realizada a categorização de cada texto para que fosse possível dividir a análise em blocos e posteriormente ter um banco de dados organizado e de fácil acesso para o leitor, de modo que quem esteja lendo consiga identificar todo o percurso da presente pesquisa até os seus resultados finais. A terceira fase da nossa análise foi a elaboração do Banco de dados e o resultado exposto em formato de tabela.

É notório que a plataforma CAPES dispõe de um vasto acervo, por isso que durante o processo de confecção do Banco de Dados foi possível localizar os mais variados artigos e ensaios. Na sua grande maioria os textos foram produzidos e publicados em revistas brasileiras, sendo no total oito dos treze artigos apresentados na tabela acima publicados em português, porém a “Revista Uruguaya De Ciencia Política” mesmo sendo uma revista do Uruguai também publica textos em português, feito por acadêmicos brasileiros como por exemplo o texto do autor Diego Souza (2020) que será analisado posteriormente. Além dos casos apresentados, foram coletados dois textos de periódicos colombianos e um chileno, fechando assim um escopo de 13 textos coletados e passíveis de análise, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

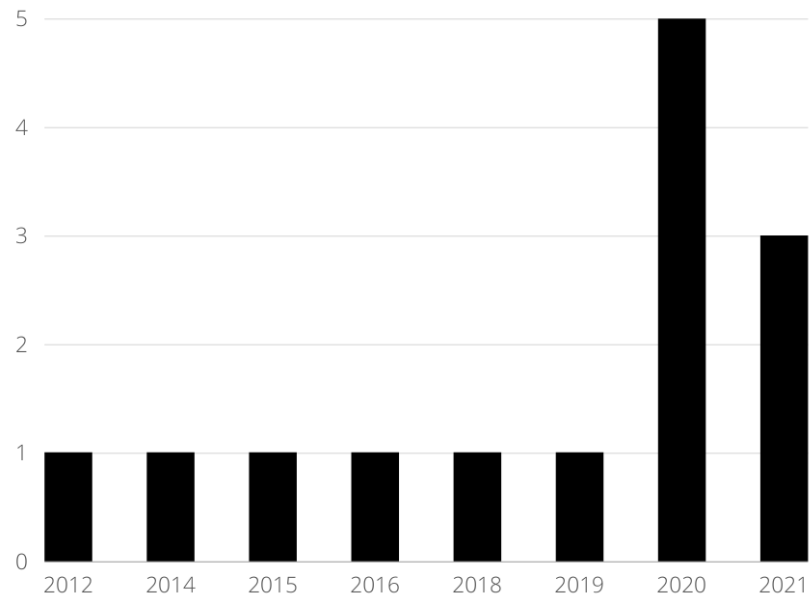
Gráfico 1 – Distribuição de texto por países de publicação



Fonte: elaboração própria.

Como é possível perceber no gráfico acima, no banco de dados localizamos os mais diversos periódicos, encontrando neles artigos publicados em revistas de fora da academia brasileira, mas que de certa forma ajudaria nas futuras análises do presente artigo, visto que a priori foram selecionados somente três artigos para serem explorados.

Gráfico 2 – Distribuição de texto por ano de publicação



Fonte: elaboração própria.

Outro ponto de atenção encontrado enquanto era confeccionado o banco de dados foi a quantidade de textos publicados em 2020, em que se debatia o militarismo e a influência desse fenômeno no governo e nas pautas sociais. Para além disso, no ano citado, estava ocorrendo diversas situações no Brasil e no mundo: a pandemia por covid-19 e a “consagração” de uma pasta governamental voltada ao conservadorismo e a militarização do Estado brasileiro com o então ex presidente Jair Bolsonaro eleito em 2018.

Após o processo de análise dos resumos dos treze textos, filtramos e chegamos ao número de três textos a serem analisados e debatidos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Autor/Autora	Título	Categorização	Periódicos
2020	Succi, David Jr.	Reinterpretacao Do Externo Na Lei De Defesa Nacional Argentina	Militarização	Cadernos Argentina Brasil
2020	Natali Hoff, and Ramon Blanco	A pacificação como governo: as UPPs cariocas como dispositivos da governamentalidade global	Pacificação	Revista Brasileira de Ciência Política
2020	Diego De Oliveira Souza	A Militarização Do Ministério Da Saúde No Brasil: Passos Rumo ao Retrocesso Em Plena Pandemia.	Covid; Militarização; Governo	Revista Uruguaya De Ciencia Política

Fonte: elaboração própria.

A escolha final dos artigos a serem analisados no presente trabalho se deu por algumas situações: o principal ponto seria a falta de domínio em outras línguas, visto que a minha língua materna é português, desse modo, pensando em uma análise pautada na assertividade, foram escolhidos três textos publicados em 2020 em que abordam três visões relativas ao fenômeno do militarismo. É importante ressaltar que para além do conhecimento em outros idiomas, incluí-los nesse momento deixaria o trabalho ainda mais extenso, a priori o artigo está sendo pensado para ser um trabalho de nível de graduação.

Os artigos assinalados foram escolhidos porque eles debatem três temas dentro da militarização, sendo eles: militarização do Estado, pacificação e militarização da saúde. Desta forma, destrincharemos os textos lidos, colocando em evidência as principais ideias dos autores e posteriormente compará-los entre si, por fim demonstraremos a importância desse debate na academia brasileira, pautando o que é o militarismo.

3 O FENÔMENO DO MILITARISMO NA ACADEMIA BRASILEIRA

Tendo como base a meta-análise, os artigos selecionados passaram por um amplo processo de análise, buscando entender qual debate eles colocam e evidência dentro do corpus

de estudos na academia brasileira sobre militarização, ou seja, cada texto escolhido tem a sua particularidade referente a militarização. David Succi apresenta (2020) o caso da Lei de Defesa Nacional na Argentina, Natali Hoff e Ramon Blanco (2020) nos apresenta como a pacificação mudou o cenário urbano do Rio de Janeiro e por fim, Diego Souza (2020) coloca em pauta a pandemia por Covid-19 e de que modo o governo brasileiro lidou com o seu início. Desse modo, os textos que, a princípio, podem parecer divergirem entre si, acabam por dialogarem, visto que todos chegam a um denominador em comum: militarização.

David Succi (2020) escreveu sobre utilização do militarismo no contexto argentino, colocando em evidência a Lei 23.554 de 1988, chamada de “Lei de Defesa Nacional”. Succi (2020) inicia seu artigo colocando em pauta que as forças armadas “são o instrumento de violência estatal especificamente constituído e mantido para atuação externa” (SUCCI, 2020, p. 3). Desse modo, as forças armadas estão submetidas ao Estado e quem está no poder naquele momento. É importante ressaltar que a Ditadura Civil-militar na Argentina (1976-1983) foi “um regime pautado na desindustrialização, no endividamento externo, em sua autolegitimação, na centralização do poder nas mãos dos militares, com participação direta dos civis oriundos das elites nacionais, e no Terrorismo de Estado.” (CRIVELENTE,2023).

Foi um momento em que a Argentina passava por um momento delicado na economia e o retorno dos militares ao poder por meio do golpe de 1976 trazia para uma parcela da população uma sensação de renovação, porém, como nas outras tentativas dos militares, essa também fracassou. Segundo Mariana Crivelente (2023) o golpe de 1976 foi instaurando “Com base em um discurso de autolegitimação, de guerra contra a “subversão” e contra o “populismo” e, igualmente, com base no caos econômico e social, foi conferida “carta branca” aos militares, em 1976, a fim de se produzir mudanças profundas na economia, nas instituições, na educação, na cultura e nas estruturas sociais, partidárias e sindicais”(CRIVELENTE, c2023), ou seja, com apoio da elite nacional, eles buscavam por renovar o Estado Argentino, porém o que ocorreu foi um processo de silenciamento e perseguição contra as pessoas que não estavam de acordo com o regime militar.

Com o fim da ditadura em 1983 é colocado em evidência a necessidade de uma lei que reafirmasse o papel e as missões dos militares argentinos. É nesse contexto que a Lei 23.554 de 1988 surge como “marco da definição e restrição das missões das forças armadas do país, assim como da submissão castrense ao mando civil” (SUCCI, p. 3, 2020). Porém na década de 1990 um grupo de militares e políticos tentam alterar o texto para que as missões militares ficassem voltadas ao combate do narcotráfico, e não exclusivamente para ameaças externas. “Desta forma, a ameaça externa não seria mais interpretada por sua natureza, estatal e militar, mas sim

por sua localização geográfica originária”, (SUCCI, p.4, 2020) ou seja, um grupo de políticos passaram a defender o uso dos militares nos ambientes domésticos do Estado argentino, desse modo surge o que eles chamam de reinterpretar o externo e segundo Succi (2020) isso ocorre “sob o argumento de que problemas como o narcotráfico e o terrorismo são transnacionais” (SUCCI, p. 6, 2020).

Utilizam disso para ter uma flexibilização no uso das forças armadas e aumentar a influência militar no ambiente doméstico com o pressuposto de paz. Assim, Succi (2020) em seu artigo explora muito bem como se deu a reestruturação da política da Argentina após o golpe civil militar de 1976, demonstrando que o fim desse golpe também foi o início de uma nova era com a Lei de Defesa Nacional, a qual foi pensada justamente para restringir as tarefas militares e colocando em evidência a importância de separar o Estado das atividades militares, não anulando totalmente as forças armadas, mas sim as controlando de forma que seja utilizada a favor do Estado e não contra ele e seus civis.

Se faz necessário ressaltar que o militarismo não corresponde somente a função dos militares, segundo Jorge da Silva (2014) “corresponde um amplo feixe de significados, dependendo do contexto social em que o mesmo é empregado e da perspectiva de quem o emprega.” (SILVA, 2014, p.349). Desse modo, o militarismo se movimenta nas democracias como nacionalismo, ganhando força a partir de crises como a “Guerra contra as drogas” e para uma determinada parcela da população brasileira a Ditadura Militar (1964-1985) foi um ponto de grande avanço para ordem, essas pessoas acreditam que é somente com a intervenção dos militares no ambiente doméstico que a ordem retornaria, porém esquecem que “militarismo e autoritarismo são irmãos siameses, inerentes às ditaduras e refratários aos ideais democráticos, o que implica reconhecer que expressões como regime autoritário, regime militar, Estado burocrático-autoritário” (SILVA, 2014, p.355) e é nesse sentido que Natali Hoff e Ramon Blanco (2020) colocam em pauta a pacificação que ocorre a partir de 2008 na cidade do Rio de Janeiro.

Em 2008 o governador em exercício Sérgio Cabral acreditava e utilizava como discurso político o processo de pacificação como o único possível pelos poderes públicos para “diminuir” a sensação de insegurança na cidade, desse modo, “o estado apostou alto num modelo de policiamento comunitário e de "proximidade" – inspirado em uma estratégia utilizada no combate ao narcotráfico na Colômbia. A promessa era pacificar o estado e tirar das favelas o controle das facções criminosas.” (G1 RIO, 2022), pensava em um processo de “recuperação” das favelas cariocas de modo que levasse a população ter mais confiança no Estado por meio do policiamento e ações sociais.

Porém as UPPs, para Natali Hoff e Ramon Blanco (2020), “não são entendidas apenas como iniciativas voltadas à diminuição da violência urbana e à promoção da segurança pública, mas como dispositivos de governo direcionados a moldar e adequar a cidade, sobretudo as favelas cariocas e a sua população.” (HOFF, BLANCO, p.3, 2020). Desse modo, as UPPs surgem também como uma vertente de adequar a cidade do Rio de Janeiro para os eventos que estavam por vir, como por exemplo: A Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016, sendo essa última realizada exclusivamente na capital carioca.

É importante levar em conta que as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) “são entendidas como um dispositivo de governo militarizado que incidiu nas favelas cariocas visando à pacificação desses territórios por meio de uma gestão baseada em técnicas de disciplinamento das suas populações a partir do seu policiamento constante.”(HOFF, BLANCO, p.19, 2020), ou seja a inserção dos militares na paisagem cotidiana das favelas cariocas tinha como objetivo levar “paz” para áreas consideradas conflituosas e que poderiam impactar nos eventos que ocorreriam no período de 2010 e em diante, conforme mencionado no parágrafo anterior. Outro ponto importante das UPPs é que no Decreto-Lei nº 42.787/2011 foi delimitado cinco etapas para implementação da Polícia Pacificadora, conforme aponta Hoff e Blanco (2020):

i) a intervenção tática com o objetivo de retomar o controle sobre o território; ii) a estabilização do terreno pós-invasão; iii) a implantação e institucionalização da unidade; iv) a avaliação do desenvolvimento do trabalho de pacificação no terreno; e v) o monitoramento constante das ações promovidas pela unidade de pacificação (HOFF, BLANCO, p.32, 2020).

A primeira etapa, segundo Marielle Franco (2014), se deu pela ocupação militar “com o auxílio de tropas especializadas como – Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro (Bope/PMERJ), Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque), Forças Armadas” (FRANCO, 2014, p.54), desse modo, os militares “recuperavam” o território que até então estava sendo ocupado pelo tráfico. A segunda etapa é o processo de firmamento das operações no local ocupado, já na terceira etapa Franco (2014) informa que é o “momento em que chega à localidade a polícia de proximidade, com características de polícia comunitária, formada para tal função” (FRANCO, 2014, p.55). A terceira fase é um ponto crucial do projeto de pacificação, visto que é o momento de a polícia agir nas comunidades de forma diferente, com políticas públicas e projetos sociais, visando assim aproximar a população do Estado e a quarta e quinta etapa referem-se ao acompanhamento das ações.

Pensando no acompanhamento e coordenação das ações da Polícia Pacificadora “o governo do estado do Rio de Janeiro determinou a criação da Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP)” (HOFF, BLANCO, p.32, 2020), porque com a criação da UPP era esperado mudar a abordagem da polícia para com a população das áreas ocupadas, de modo que a pacificação também levasse políticas sociais, porém não foi o que ocorreu. A extensão do programa de pacificação que seria UPP social ocorreu em algumas localidades³ e em outras foi o contrário. Em entrevista para o G1 Rio, Jailson Silva, fundador do instituto de pesquisas Observatório de Favelas, relata três pontos negativos da pacificação, sendo eles “processos de conflitos com os jovens, cerceamento dos direitos de ir e vir do morador e a proibição de bailes funk” (G1 RIO, 2022), isso se deu por diversas situações, como por exemplo: a pessoa que estava à frente da unidade e qual governo estava atuando nas engrenagens estatais, desse modo a UPP social que seria uma etapa do projeto de “pacificação” das comunidades cariocas não chegou a ser implementada e “a maioria das favelas continuaram carentes de serviços públicos do Estado e nunca tiveram investimentos em infraestrutura, sobretudo em saneamento básico”(BETIM,2018), é perceptível que não adianta inserir uma política pública sem pensar no contexto social que a mesma será inserida. Se faz necessário ressaltar que a militarização do cotidiano das comunidades foi utilizada como pautas políticas para a reeleição do então governador Sergio Carbral, com promessas de melhorar a segurança pública, o que contribuiu para marginalizar ainda mais as pessoas que vivem nas favelas cariocas.

As UPPs foram parte de uma política que militarizou e militariza o cotidiano das comunidades, colocando em evidência as fragilidades do Estado em lidar com os problemas de segurança pública que não giram somente em torno do tráfico de drogas. É importante ressaltar que “as UPPs – que foram recebidas com otimismo pela sociedade carioca e pelos poderes públicos – rapidamente começaram a ser questionadas diante da sua baixa efetividade.” (HOFF, BLANCO, p.35, 2020), porque as etapas que eram esperadas tanto pelos poderes públicos e pela sociedade não foram de fato seguidas, e segundo Hoff e Blanco (2020) só ajudou na militarização da vida no Rio de Janeiro em que as comunidades se “acostumaram” a andar em ruas com tanques de guerras e fuzis.

Diferente dos textos apresentados nesse artigo, Diego Souza relata um Brasil pós golpe de 2016⁴ e o início da pandemia por covid 19, colocando em evidência como o governo

³ As UPPs chegaram a ter 38 unidades, porém algumas foram extintas e segundo G1 “Só em 2018, sete unidades foram extintas: Vila Kennedy, Mangueirinha, Cidade de Deus, Lins/Camarista, Batan, São Carlos e Coroa/Fallet Fogueteiro.”(G1 RIO, 2022)

⁴ Em 2016 a então presidenta da republica Dilma Rousseff foi deposta do seu cargo, com um golpe de Estado articulado pelas camadas patriarcais e conservadoras do governo, fato esse que fica ainda mais evidente quando

brasileiro lidou com essa emergência na saúde pública. 2020 ficou marcado como o ano que ocorreu uma das maiores negligências na saúde brasileira, com um presidente negacionista o Brasil tornou-se “um dos epicentros da doença, tendo registrado 1.344.143 casos e 57.622 óbitos, até 30 de junho⁵, o que lhe confere, até então, a posição de segundo país com mais casos e mortes no mundo” (SOUZA, 2020, p.35), os números de fato são muito maiores atualmente e isso é mérito de um processo de negacionismo que o ex presidente Jair Bolsonaro propagou durante toda a pandemia. Em paralelo a essa situação “houve duas trocas de ministros, sendo que o terceiro a assumir a pasta, o general do exército brasileiro Eduardo Pazuello, não possui trajetória na área da saúde” (SOUZA, 2020, p.35). Bolsonaro incluiu militares sem experiência no universo da saúde, colocando a luz o que o governo vigente pensava do coronavírus, chamando o vírus de “gripizinha”⁶ e desse modo trabalhando na propagação diária de desinformações.

Souza (2020) faz um paralelo extremamente interessante entre a redemocratização do Estado brasileiro e o nascimento do SUS⁷. Segundo o autor, o sistema único de saúde brasileiro foi “soerguido a partir de pilares científico-filosóficos e movimentos ideopolíticos que propuseram um redirecionamento da saúde pública brasileira, conforme estruturada durante a Ditadura de Militar.”(SOUZA, 2020, p.40). Nesse processo, a saúde brasileira tinha caráter simplista em torno da promoção ao acesso à saúde, mas na década de 1970, com a explosão do movimento pela Reforma Sanitária brasileira, “surge o entendimento de que a saúde é um processo social, embora se expresse biologicamente.”(SOUZA, 2020, p.41), nesse contexto, surge a ideia de acesso a uma universal aos cuidados médicos, pensando não somente no “simples” e imediato, mas sim na ideia do cuidado com o outro.

De volta a 2020, os brasileiros, infelizmente, tiveram que lidar novamente com ideais “simples” no que se refere a saúde pública, com pessoas despreparadas para os cargos governamentais e a falta de informações oficiais, nesse caso, estamos lembrando o período em que o governo simplesmente parou de emitir boletim epidemiológico diário. Na ocasião, o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta “comparou a mudança à uma missão militar para

o Parlamento em exercício naquela época “estiveram em franco processo de deterioração, que prejudicou sua capacidade de governar e, em última instância, de manter seu próprio cargo, do qual foi afastada definitivamente em agosto de 2016” (Rangel, 2018, p.214)

⁵ Estes números se referem ao ano de 2020 e dados inclusos no debate do Diego Souza em seu artigo “A Militarização Do Ministério Da Saúde No Brasil: Passos Rumo ao Retrocesso Em Plena Pandemia”

⁶ O jornal “Folha de Pernambuco” fez um copilado das falas do ex-presidente Jair Bolsonaro juntamente o crescimento do número de mortos naquele período, para mais informações: <https://www.folhape.com.br/politica/gripezinha-e-pais-de-maricas-confira-as-frases-de-bolsonaro-sobre/187784/>

⁷ É importante levar em conta que o SUS nasce 8ª Conferência Nacional de Saúde (Cns) “na quais diversos atores (com destaque para profissionais já inseridos nos serviços de saúde) deliberaram a favor de um novo sistema, formulando a proposta preliminar do SUS, sobretudo privilegiando a gestão participativa”(SOUZA, p 41,2020)

“sonegar as informações, colocá-las em horário inacessível, ou rever, torturar os números para que eles confessem verdades que eles entendam que sejam as que melhor se encaixam para o momento”, (NOVAES, 2020). Conforme foi destacado por Mandetta, o governo Bolsonaro utilizou da “camuflagem” dos dados para diminuir a periculosidade da covid 19, além disso, esse mesmo governo ignorava as recomendações da OMS minando as possibilidades de prevenção.

A pandemia mostrou a “face” mais perversa que um governo podia tomar em uma situação como essa que seria o ato de ignorar a existência da doença, enquanto milhares de brasileiros foram infectados o presidente fazia aglomerações e “o que constatamos, agora, é um processo violento, que leva, às últimas consequências o projeto da extrema direita contra a saúde pública, justamente quando mais se precisa dela.” (SOUZA, p 49-50,2020). A falta de recursos por negligência do governo federal “ajudou” no retrocesso em torno dos tratamentos disponíveis naquele período e as formas de prevenção, ou seja, retornou ao ideário da saúde técnica e não levando em conta os cuidados a serem tomados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo é possível perceber que o militarismo adentra nas sociedades de diversas maneiras e que não perpassa somente as forças armadas, esse fenômeno se introduz na cultura, no cotidiano das pessoas e nas respostas que o governo dá para as demandas da sociedade, conforme Diego Souza pontuou em seu trabalho. Além disso, é com o golpe sofrido pela então ex-presidenta eleita Dilma Rousseff, em agosto de 2016, que fica mais evidente como estava funcionando a política naquele período, visto que a mesma foi acusada de realizar “pedaladas fiscais”, porém seis anos após o impeachment, Rousseff foi inocentada em março de 2022⁸. A ex-presidenta relata que o processo que ela passou desde sua reeleição em 2014 e como a mídia também impactou no “esgotamento” da sua imagem enquanto governante, Roussef (2022) escreveu que foram vários recursos utilizados pelos opositores para desqualificar seu governo e suas ações enquanto presidenta naquela época, visto que ela se

⁸ Em 2022 o Tribunal Regional Federal da 2ª Região decidiu por finalizar a ação contra a ex-presidenta. Para mais informações acessar: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/28/apos-dois-anos-de-condenacao-trf-2-extingue-acao-contra-dilma-por-pedaladas-fiscais#:~:text=O%20Tribunal%20Regional%20Federal%20da,em%202020%20por%20pedaladas%20fiscais>.

colocava contrária a agenda neoliberal e conservadora de direita que estava em um processo de crescimento, conforme pontuamos no decorrer do artigo.

Os três textos trabalhados nesse artigo tem um denominador em comum: a militarização, seja ela na pandemia, em que ficou evidente que a preocupação de um governo formado por militares não coloca em primeiro plano os interesses da sociedade civil, mas sim a si próprio. Como afirma Souza (2020) “ao que parece, o universo militar, mesmo que sob autoritarismo e violência, reflete prestígio na sociedade brasileira.” (SOUZA, 2020, p38), e foi esse prestígio que ajudou na eleição e manutenção do ex presidente Jair Bolsonaro. É importante ressaltar que mesmo com todos os problemas demonstrados durante o governo bolsonarista, como por exemplo: mortes por covid 19, aumento dos valores dos alimentos básicos e aumento do combustível ainda existe uma parcela da população que acredita que a intervenção militar é a única saída para a “melhora” do Brasil.

Conforme demonstrado ao decorrer do artigo, a militarização é colocada por determinadas pessoas como o ponto crucial de melhora dos países citados (Brasil e Argentina). No que se diz respeito à “Guerra contra as drogas”, no contexto argentino, David Succi (2020) colocou em pauta a herança da última ditadura argentina e como ela ainda reverbera nos atores estatais, já Natali Hoff e Ramon Blanco (2020) seguiram a linha de entender o militarismo no cotidiano dos civis, levando em questão os aspectos negativos e positivos que vieram junto com a UPP.

REFERÊNCIAS

- BETIM, Felipe. **UPPs, mais uma história de esperança e fracasso na segurança pública do Rio**. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/11/politica/1520769227_645322.html. Acesso em: 19 jun. 2023.
- CAPES. **Quem somos**. 2020. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/quem-somos.html>. Acesso em: 16 jun. 2023.
- CRIVELENTE, Mariana Ramos. **Histórico da Ditadura Civil-Militar Argentina**. Disponível em: https://paineira.usp.br/memresist/?page_id=239. Acesso em: 18 jun. 2023.
- FAGANELLO, Marco Antonio. Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **DIREITA, VOLVER!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 145-161.

FRANCO, Marielle. **UPP – A Redução da Favela a Três Letras: Uma Análise da Política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro**. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

FIGUEIREDO, D. B., PARANHOS, R., SILVA, J. A. da, ROCHA, E. C. da, & ALVES, D. P. (2014). **O que é, para que serve e como se faz uma meta-análise?** *Teoria e Pesquisa*, 23(2), 205–228.

HOFF, Natali; BLANCO, Ramon. **A pacificação como governo: as upps cariocas como dispositivos da governamentalidade global**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, [S.L.], v. 0, n. 33, p. 1-48, 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-3352.2020.33.234222>.

NOVAES, Marina. **Governo Bolsonaro impõe apagão de dados sobre a covid-19 no Brasil em meio à disparada das mortes**. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-06/governo-bolsonaro-impoe-apagao-de-dados-sobre-a-covid-19-no-brasil-em-meio-a-disparada-das-mortes.html>. Acesso em: 20 jun. 2023.

PASSOS, Anais Medeiros, ACACIO, Igor. **"The Militarization of Responses to COVID-19 in Democratic Latin America/A Militarizacao Das Respostas a COVID-19 Nas Democracias Latino-americanas/La Militarizacion De Las Respuestas a La COVID-19 En Las Democracias Latinoamericanas."** *Revista De Administração Pública (Rio De Janeiro)* 55.1 (2021)

RAMOS, Altina *et al.* **Revisão Sistemática de Literatura: contributo para a inovação na investigação em ciências da educação**. *Contributo Para A Inovação na Investigação em Ciências da Educação, Paraná*, v. 14, p. 17-36, jan-abr. 2014.

RANGEL, Duarte Patrícia. **Guinada conservadora em políticas de gênero na América Latina: reflexões iniciais**. In: *Cadernos Adenauer*, pp.211-227. 2018.

RIO, G1. **'Cidade Integrada' chega como nova tentativa de um grande projeto de ocupação no RJ: relembre erros e acertos das upps**. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/19/cidade-integrada-nova-tentativa-de-grande-projeto-de-ocupacao-no-rj-relembre-erros-e-acertos-das-upps.ghtml>. Acesso em: 19 jun. 2023.

ROUSSEFF, Dilma. **A Misoginia e a Manipulação da Mídia**. In: D'ÁVILA, Manuela (org.). **Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022. p. 57-71

SILVA, Jorge da. **Militarismo**. In: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves (Org.). *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvado: Edufba, 2014. p. 349-362.

SOUZA, Diego de Oliveira. **A MILITARIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NO BRASIL: passos rumo ao retrocesso em plena pandemia**. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, v. 29, n. 2, p. 33-54, ago. 2020.

SUCCI, David Jr. "**Reinterpretation Of The External In The Argentine National Defense Law/ Reinterpretacao do Externo na Lei de Defesa Nacional Argentina.**" *Cadernos Argentina Brasil* 9 (2020): *Cadernos Argentina Brasil*, 2020-01-01, Vol.9.